

MARIA DA GLÓRIA GOHN

TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

*Paradigmas clássicos
e contemporâneos*

AULA 1
texto II

AS TEORIAS CLÁSSICAS SOBRE AS AÇÕES COLETIVAS

A abordagem clássica sobre os movimentos sociais nas ciências sociais norte-americanas está associada ao próprio desenvolvimento inicial da sociologia naquele país. Embora ela tenha ultrapassado suas fronteiras, e seus autores não sejam de nacionalidade exclusivamente americana, foi nos Estados Unidos que ela mais se desenvolveu, tendo hegemonia neste país por várias décadas e de lá se espalhando para outros países. A importância de seu estudo nos dias atuais tem dois motivos: como memória histórica das primeiras teorias dos movimentos sociais e ações coletivas; e como busca das referências e matrizes teóricas de vários conceitos que estão sendo retomados nos anos 90 pelo próprio paradigma norte-americano.

Existe certo consenso em considerar o período da abordagem clássica como aquele que predominou até os anos 60 deste século. Ela não foi homogênea, houve diferentes ênfases, o que nos leva a considerar cinco grandes linhas, e suas características comuns são: o núcleo articulador das análises é a teoria da ação social, e a busca de compreensão dos comportamentos coletivos é nela a meta principal. Estes comportamentos, por sua vez, eram analisados segundo um enfoque sociopsicológico. A ênfase na ação institucional, contraposta à não-institucional, também era uma preocupação prioritária e um denominador que dividia os dois tipos básicos de ação: a do comportamento coletivo insti-

tucional e a do não-institucional. A ação não-institucional era definida como aquela não guiada por normas sociais existentes mas formada pelo encontro de situações indefinidas ou desestruturadas, entendidas como quebras da ordem vigente. Estes processos ocorreriam antes que os órgãos de controle social, ou de integração normativa adequada, atuassem, restaurando a ordem antiga ou criando uma nova, que absorveria os reclamos contidos nas agitações coletivas. Durante todo o processo o que se observava eram tensões, descontentamentos, frustrações e agressões dos indivíduos que participavam das ações coletivas (v. Cohen/Arato, 1992: 495).

Os autores clássicos analisavam os movimentos em termos de ciclos evolutivos em que seu surgimento, crescimento e propagação ocorriam por intermédio de um processo de comunicação que abrangia contatos, rumores, reações circulares, difusão das idéias etc. As insatisfações que geravam as reivindicações eram vistas como respostas às rápidas mudanças sociais e à desorganização social subsequente. A adesão aos movimentos seriam repostas cegas e irracionais de indivíduos desorientados pelo processo de mudança que a sociedade industrial gerava. Nessas abordagens dava-se, portanto, grande importância à reação psicológica dos indivíduos diante das mudanças, reação considerada como comportamento não-racional ou irracional.

Assim, os comportamentos coletivos eram considerados pela abordagem tradicional norte-americana como fruto de tensões sociais. A idéia da anomia social estava sempre muito presente, assim como explicações centradas nas reações psicológicas às frustrações e aos medos, e nos mecanismos de quebra da ordem social vigente. Estes elementos, aliados às ideologias homogeneizadoras, eram condições importantes para a emergência dos movimentos sociais. O sistema político era visto como uma sociedade aberta a todos, plural, permeável. Mas os movimentos sociais não teriam a capacidade de influenciar aquele sistema devido a suas características espontâneas e explosivas. Somente os partidos políticos, os grupos de interesses e alguns líderes teriam tal capacidade. Cohen e Arato destacam que a abordagem clássica trabalhava com uma concepção de democracia elitista e pluralista em que se observam: eleições livres, competição e

participação ativa de minorias por meio de partidos e grupos de interesses. Toda ação coletiva extra-institucional, motivada por fortes crenças ideológicas, parecia ser antidemocrática e ameaçadora para o consenso que deveria existir na sociedade civil.

Pôdemos dividir em cinco grandes correntes teóricas a abordagem clássica sobre a ação coletiva, e em três delas os movimentos sociais são especificados. Embora apoiada em vários estudos anteriores, sabemos das dificuldades que toda classificação envolve. Buscamos apenas sistematizar a produção anterior. Observamos que nas primeiras fases do período clássico norte-americano encontramos vários trabalhos sobre as "ações coletivas": Zald (1988), Tilly (1983), Tarrow (1994), entre outros. Mas eles não se referem àquelas ações em termos de "movimentos sociais". Assim, as cinco grandes correntes que listaremos a seguir foram agrupadas por nós; a três delas chamamos teorias dos movimentos sociais; às outras duas, ações coletivas, porque seus formuladores, originalmente, assim as caracterizaram. Elas são:

1 - A Escola de Chicago e alguns interacionistas simbólicos do início deste século. Como um dos produtos desta corrente temos a primeira teoria sobre os movimentos sociais, no trabalho de Herbert Blumer (1949).

2 - A segunda corrente desenvolveu-se ao longo dos anos 40 e 50, com as teorias sobre a sociedade de massas de Eric Fromm (1941), Hoffer (1951) — também militante de movimento social — e K. Kornhauser (1959). Este último exerceu forte influência sobre algumas produções posteriores; ele caracterizava os movimentos como formas irracionais de comportamento e os considerava antimodernos.

3 - A terceira corrente predominou nos anos 50 com um forte acento em variáveis políticas e está presente nos trabalhos de S. Lipset (1950) e Heberle (1951). Ela articulava as classes e relações sociais de produção na busca do entendimento tanto dos movimentos revolucionários como da mobilização partidária, do comportamento diante do voto e do poder político dos diferentes gru-

pos e classes sociais. Ela gerou a segunda grande teoria específica sobre os movimentos sociais, expressa nos trabalhos de Heberle.

- 4 - A quarta corrente foi uma combinação das teorias da Escola de Chicago com a teoria da ação social de Parson e se fez presente nos trabalhos de Goffman (1959), Turner e Killian (1957), N. Smelser (1962) e David Aberle (1966). Eles analisaram desde formas elementares de comportamento coletivo até a construção das ações coletivas em grande escala, retomando o *approach* psicossocial e deixando de lado os vínculos entre as estruturas e a política, tão caros à corrente anterior. A terceira grande teoria sobre os movimentos sociais na abordagem dos clássicos decorre desta corrente, nos trabalhos de Smelser.

- 5 - A quinta e última corrente da abordagem clássica, denominada organizacional-institucional, está representada pelos trabalhos de Gusfield (1955) e Selznick (1952). Teve grande influência nas teorias que substituíram o paradigma clássico, mas não gerou, em sua época, nenhuma teoria específica sobre os movimentos sociais. Nos anos 90 foi retomada por alguns pesquisadores dos movimentos sociais, entre eles o próprio Gusfield.

Observa-se que o recorte feito entre as diferentes correntes não é temporal, pois as teorias coexistiram no tempo, mas foi construído segundo as ênfases principais. A seguir passamos a caracterizar as diferentes teorias.

1 - A Escola de Chicago e os interacionistas: movimentos sociais como reações psicológicas às estruturas de privações socioeconômicas

Resgatar a produção teórica existente sobre os movimentos sociais passa, necessariamente, por um momento fundamental de constituição da sociologia como disciplina de investigação científica: a Escola americana de Chicago. Sabemos que a Es-

cola de Chicago durante quarenta anos (1910-1950) teve grande importância na valorização da sociologia como campo autônomo de investigação. Fundada em 1892 por W. I. Thomas, a Escola de Chicago gerou grande produção no campo das relações sociais, dando origem à chamada tradição do interacionismo. Esta produção emergiu num contexto histórico marcado por grandes transformações sociais, impulsionado pela ideia de progresso. A Escola tinha uma orientação reformista: promover a reforma social de uma sociedade convulsionada em direção ao que se entendia como seu verdadeiro caminho, harmonioso e estável.

Inicialmente seus teóricos principais foram W. I. Thomas (1966), Robert Park (1952) e George H. Mead (décadas de 30 e 40). Outros representantes importantes foram Everett C. Hughes (1958) e Herbert Blumer (1939). A partir do desenvolvimento da psicologia social surgiram vários outros teóricos, alguns dos quais continuaram a ter importância após 1950, como Erving Goffman (1959), Kurt Lang (1961) e Ralph Turner (1969).

O nexo fundamental que nos leva a um interesse pela Escola de Chicago como uma das matrizes de produção teórica explicativa sobre os movimentos sociais é dado pela concepção de mudança social e pelo interesse particular de seus mestres pelos temas do "desenvolvimento de comunidade" e pelos processos de participação e educação "para o povo". A participação dos indivíduos na comunidade teria um sentido interacionista, ou seja, por meio daquela participação, e utilizando-se de alguns mecanismos educativos, acreditava-se que era possível ordenar os processos sociais. A sociologia deveria buscar formular leis científicas para descobrir como a mudança social ocorria. Deveriam ser utilizados estudos comparativos e investigações sobre as condições particulares ocorridas onde se desenvolviam processos interacionistas, destacando-se aquelas relacionadas com a participação criativa dos indivíduos. O elemento da criatividade, visto como inerente aos indivíduos, era um dos pressupostos básicos da Escola. Isto implicava unir estudos institucionais (decorrentes do método comparativo) e estudos psicossociais (decorrentes das análises sobre as atitudes humanas, comportamentos e reações). A interação entre o indivíduo e a sociedade era o enfoque básico.

A mudança social passava, portanto, pela perspectiva da reforma social. A sociologia enquanto ciência forneceria o conhecimento. Como a reforma era necessária para o progresso, concluiu-se que a sociologia também era útil para esta reforma. Os agentes básicos neste processo de mudanças eram as lideranças. Isto ocorria porque o binômio indivíduo-sociedade tendia a privilegiar, ao final do processo, o primeiro termo e, consequentemente, a individualização. Para Park, a sociedade era uma questão de comunicação e esta continha a possibilidade de maior consciência. Portanto, a necessidade era de líderes bem formados, que estimulassem a mudança por meio de seus próprios exemplos, da realização de suas próprias vidas e das relações que estabeleceriam com os outros. A transformação passava pela cooperação voluntária, vista como resultado natural da interação grupal.

Em suma, as lideranças seriam mais exemplos demonstrativos que agentes de prováveis subleções. Na realidade seriam elites reformistas, detentoras de um conhecimento científico útil. Thomas chegou a propor "o desenvolvimento de técnicos sociais para que o conhecimento fosse traduzido em programas de ação prática. Quando as leis, que eram muito esperadas, fossem descobertas, esses técnicos poderiam ajudar a guiar a sociedade para seu ideal democrático". As lideranças teriam de desempenhar o papel de reformadores sociais até que não fossem mais necessárias. Isto porque, em sua trajetória de atuação, deveriam criar instituições novas.

As instituições e a educação tornariam possíveis a autodireção do povo e sua cooperação. Observamos que estes pressupostos estiveram bastante vivos e presentes nas concepções sobre a mudança social preconizadas pelos movimentos sociais populares nos anos 70 e parte dos 80, que seguiram a direção da Teologia da Libertação, na Igreja Católica da América Latina.

A participação ativa e a interação eram elementos indispensáveis no cotidiano do trabalho dos líderes. Não se admitia que as lideranças não fossem engajadas ou que não falassem e vivessem as necessidades dos grupos sociais considerados menos avançados, dentro do marco referencial evolucionista que a

concepção mais ampla do grupo abrangia. Não só os atos voluntários tinham grande espaço. Também as ações espontâneas. As pessoas deveriam descobrir por si mesmas o comportamento correto no contexto da experiência social. O conflito também era considerado natural e inevitável, decorrente do choque entre as culturas e as diferentes realidades. Mas ele deveria ser trabalhado. Por quem? Pelos líderes, é claro. Surgem então os movimentos sociais.

Tais movimentos seriam o resultado dos conflitos gerados entre as multidões. Mas este resultado deveria ser equacionado pelos líderes, como focos dinamizadores de mudanças sociais. Os líderes não seriam causas — estopins — dos movimentos, mas sim agentes apaziguadores. Suas tarefas seriam desmobilizar o conflito, dissolver o movimento. Como? Transformando-os em instituições sociais por meio do equacionamento das demandas em questão.

As mudanças sociais seriam o clímax deste processo: choque e encontro de grupos resultando numa acomodação em instituições por meio do controle obtido por líderes. Os líderes, para ser eficientes, deveriam compreender seus seguidores, interagir-se suficientemente ao movimento e ser educados o bastante para tanto. Ou seja, o líder era um instrumento básico da mudança, da acomodação, da reforma. Os problemas surgiam quando os movimentos sociais não conseguiam ser controlados por seus líderes, dando origem a descaminhos na direção do movimento. A solução seria buscar, cada vez mais, formar lideranças responsáveis.

Resumindo os pontos básicos da teoria da mudança social da Escola de Chicago, diríamos que a educação e a criação de instituições são seus eixos básicos. Os movimentos eram vistos como ações advindas de comportamentos coletivos conflituosos. A educação, como um processo mais informal, que ocorria na própria vida urbana — a cidade moderna e seu contexto de luta pela sobrevivência seria a grande escola de conflitos e crises. Como na fábula: para aprender seria preciso queimar as patas ao tentar apanhar as castanhas. A solução de quaisquer problemas estaria na criatividade.

A criatividade e o individualismo eram coerentes com o desenvolvimento do processo, e parte dele. Estes pressupostos tiveram grande repercussão nas políticas de desenvolvimento comunitário do pós-guerra e estiveram na base de várias propostas de educação popular na América Latina nos anos 70 e 80. Eles serão retomados nos anos 90 pelas políticas neoliberais da economia globalizada.

Do ponto de vista metodológico, a Escola de Chicago forneceu elementos para a pesquisa sobre movimentos sociais — a partir de dados históricos e documentais. Entretanto, dentro dos objetivos de nosso trabalho, foi Blumer o grande teórico a aplicar as análises do interacionismo simbólico para o estudo dos movimentos sociais. Alguns autores o consideram o pioneiro na análise dos movimentos sociais. Dada a importância de seu trabalho, sua originalidade quando surgiu e se desenvolveu (anos 20 e década de 30), devido a sua importância e contribuição para as décadas seguintes e em razão da retomada de seus trabalhos nos anos 90, iremos nos deter de forma mais prolongada em suas formulações sobre os movimentos sociais.

1.1 - Blumer — o grande teórico dos movimentos sociais na abordagem clássica do paradigma norte-americano

Blumer definiu os movimentos sociais como empreendimentos coletivos para estabelecer uma nova ordem de vida. Eles surgem de uma situação de inquietação social, derivando suas ações dos seguintes pontos: insatisfação com a vida atual, desejo e esperança de novos sistemas e programas de vida. Esta teoria, denominada das carências sociais, será retomada nos anos 80 e 90, após intenso debate entre os pesquisadores do assunto. Também Habermas retomou a tese central de Blumer ao retratar a importância dos movimentos sociais como possíveis criadores de uma nova ordem social.

Para Blumer, "no início um movimento social é amorfo, organizado pobremente, e indefinido; o comportamento coletivo é primitivo e os mecanismos de interação são elementares. Com o tempo os movimentos se desenvolvem e adquirem as caracte-

rísticas de uma sociedade: organização, forma, corpo de costumes e tradições, lideranças, divisão de trabalho duradoura, valores e regras sociais — em resumo, cultura, organização e um novo esquema de vida" (Blumer, 1951: 199). Observa-se que o binômio comunidade-sociedade está presente nesta formulação: os movimentos sociais seriam uma certa transição entre estas duas formas de organização social.

Os movimentos foram divididos por Blumer em três categorias: genéricos, específicos e expressivos. Os primeiros incluíam os movimentos operário, dos jovens, das mulheres e pela paz. Devemos recordar que ele produziu essas formulações nos anos 20 deste século. Portanto, naquela época, tais movimentos já tinham algum destaque. O *background* da primeira categoria de movimentos seria constituído por mudanças graduais e persuasivas nos valores das pessoas, os quais poderiam ser denominados tendências culturais. Isto porque cada tendência cultural tem, atrás de si, um desejo de mudança que está na cabeça das pessoas, em suas idéias, particularmente em relação à concepção que têm de si próprias, de seus direitos e privilégios, o que pode levá-las a desenvolver novas crenças e pontos de vista ou a ampliar os já existentes, numa emergência de novas escalas de valores a influenciar a forma como as pessoas passam a olhar para si próprias. Maiores preocupações com a saúde, com a educação, com a emancipação da mulher, o aumento do cuidado com as crianças e o prestígio da ciência, todos são citados por Blumer como resultados do processo acima descrito.

Em resumo, os movimentos sociais seriam o resultado de mudanças que operariam num âmbito individual, e no plano psicológico. Tais mudanças provocariam as motivações para o surgimento dos movimentos sociais genéricos, classificados na primeira categoria já assinalada. O processo de criação e desenvolvimento das motivações, apesar de vir do exterior — por ser de ordem cultural —, assenta-se em bases interiores, individuais. As novas concepções dos indivíduos a respeito deles próprios chocar-se-iam com suas reais posições na vida, gerando insatisfação, disposição e interesse pela busca de novas direções.

Uma das características mais importantes dos movimentos genéricos é o fato de serem indicadores de direção. Quando surgem, seriam desorganizados e teriam objetivos vagos. A emancipação da mulher, por exemplo, é citada como uma dessas bandeiras vagas, restrita a universos delimitados: na família, no casamento, na educação, na indústria, na política. Ou seja, a ênfase é no enquadramento dos movimentos nas instituições sociais existentes. Eles teriam caráter episódico e poucas manifestações. Seus líderes teriam papel importante não tanto no controle sobre os movimentos sociais, mas no sentido de serem portadores de novas vozes, pioneiros, muitas vezes até sem seguidores ou objetivos muito claros. Mas eles teriam o papel de servir como exemplos e quebrar resistências.

A segunda categoria de movimentos sociais, os específicos, constituiriam formas desenvolvidas dos anteriores, os genéricos. Eles representam a cristalização das motivações de descontentamento, esperanças e desejos despertados pelos movimentos genéricos. Blumer cita como exemplo o movimento antiescravagista, despertado pelo movimento humanitarista do século XIX. Ao contrário dos genéricos, os específicos se caracterizariam por ter metas e objetivos bem definidos, organização e estrutura desenvolvidas, constituindo-se como uma sociedade. Eles possuíam lideranças bem conhecidas — e reconhecidas — e seus membros teriam consciência do “nós”. Além disso deteriam um corpo de tradições, valores, filosofias e regras.

Movimentos reformistas e revolucionários são listados como típicos dessa categoria. Eles têm uma trajetória evolutiva em que o autor identifica alguns estágios: inquietação individual, inquietação popular, formalização e institucionalização. No primeiro estágio o “agitador” — liderança que internalizou a necessidade da mudança — desempenha um papel fundamental. No segundo estágio tomam forma os objetivos, no terceiro organizam-se as táticas, regras, políticas e disciplinas. O último estágio seria a cristalização da organização, estabelecida com personalidade definida e estrutura para desenvolver os propósitos do movimento. O líder torna-se aqui um administrador.

A grande preocupação de Blumer era entender os mecanismos e significados por meio dos quais os movimentos tornam-se

aptos para crescer e se organizar. Ele identifica cinco mecanismos neste processo, a saber: a agitação, o desenvolvimento de um *esprit de corps*, de uma moral, a formação de uma ideologia e, finalmente, o desenvolvimento de operações táticas.

A agitação é considerada de vital importância, particularmente nos estágios iniciais do movimento. Ela contribui para o desenvolvimento de novos impulsos e de novos desejos nas pessoas. Para que a agitação seja bem-sucedida ela deve despertar e ganhar a atenção das pessoas, seduzi-las em seus sentimentos e impulsos, dando-lhes direção por meio de idéias, sugestões, críticas e promessas. Os tipos de agitadores e seus comportamentos também são considerados por Blumer. É importante destacar que ele não atribui uma conotação negativa ao agitador. Ao contrário, ele o vê como um dinamizador de mudanças. Este registro torna-se necessário porque algumas teorias do funcionalismo norte-americano utilizaram formulações de Blumer mas atribuíram conotações negativas aos agitadores.

O desenvolvimento do *esprit de corps* é importante para criar uma atmosfera de cooperação entre os indivíduos de um movimento social e para reforçar as novas concepções de auto-leitura de si próprios, concepções geradas pelo processo de aprendizagem adquirido por meio da participação nos movimentos. Trata-se do sentimento de pertença, de identificação com o outro e consigo próprio, criando uma idéia do coletivo. O resultado deste processo gera fidelidade e solidariedade ao grupo e vigor e entusiasmo para com o movimento. O *esprit de corps* pode se formar por três vias: nas relações grupo a grupo de uma mesma categoria — estudantes, por exemplo; nos relacionamentos informais desenvolvidos em associações, por meio do compartilhar de experiências comuns; e por intermédio de cerimônias formais em que se cristalizam certos comportamentos. Reuniões, manifestações, cerimônias comemorativas, desfiles etc. são citados como exemplos. Blumer destacou, já nos anos 30, a importância para os movimentos do desenvolvimento de símbolos, como canções, *slogans*, poemas, hinos, gestos, indumentárias etc. Os estudiosos contemporâneos têm chamado a este processo “a mística” dos movimentos sociais.

Na questão do desenvolvimento de uma moral, Blumer retoma a questão dos mitos, dos símbolos, da criação de ídolos e heróis,

personagens carismáticos, e o culto a certos textos tidos como sagrados, como *O capital*, no marxismo; *Men Kampf*, no nazismo etc. A ideologia tem papel essencial na permanência e desenvolvimento do movimento. Ela se compõe de um corpo de doutrinas, crenças e mitos e é elaborada pelos intelectuais dos movimentos.

Quanto às táticas, elas envolvem três linhas: adesão, manutenção (dos adeptos), e construção de objetivos. Elas irão depender da natureza da situação na qual o movimento está operando.

Blumer conclui que os cinco mecanismos considerados acima são responsáveis pelo sucesso ou não de um movimento.

Os movimentos específicos são divididos por Blumer em duas categorias: reformistas e revolucionários. As principais diferenças entre eles são: o escopo e o alvo de seus objetivos, os procedimentos e as táticas. Como pontos em comum temos seus ciclos de vida e os cinco mecanismos que impulsionam seu desenvolvimento, tratados anteriormente.

Em relação aos objetivos, os reformistas buscam mudanças em pontos específicos enquanto os revolucionários querem reconstruir inteiramente a ordem social. Daí que para os reformistas a preservação de um certo código ético-moral seja importante. Para os revolucionários isso não importa, porque estão em busca de novos esquemas e valores morais. Blumer se perde num intrincado universo explicativo sobre a respeitabilidade do movimento reformista — que aceita as instituições existentes e tenta preservá-las, ao contrário dos revolucionários, que tentam destruí-las. Os reformistas estariam sempre tentando persuadir a opinião pública e os revolucionários estariam em busca da conversão dessa opinião.

Os movimentos específicos podem ser vistos como uma sociedade em miniatura e como tal representam a construção e a organização de comportamentos coletivos antes amorfos e indefinidos. Em seu crescimento, desenvolvem novos valores, novas personalidades se organizam. Eles deixam como resíduos, atrás de si, uma estrutura institucional e um corpo de funcionários, novos objetivos e pontos de vista, e uma nova série de autoconcepções.

Finalmente, como terceira e última categoria de movimentos sociais, os expressivos, Blumer inclui os religiosos e o que ele denomina de movimento da moda. Eles não têm objetivo de mudança e divulgam um tipo de comportamento expressivo que, com o passar do tempo, torna-se cristalizado e passa a ter profundos efeitos na personalidade dos indivíduos, e no caráter da ordem social em geral. Os movimentos da moda atuam nas áreas da literatura, da filosofia, das artes etc. Eles não possuem as características assinaladas nos demais movimentos. Podemos observar que Blumer, apesar de suas idéias conservadoras, era um arguto analista da realidade social de seu tempo, assinalando a importância de fenômenos que só se tornaram bastante visíveis muitas décadas depois, como o caso da mídia — que ele percebe nos movimentos da moda.

2 - Segunda teoria sobre os movimentos sociais no paradigma clássico: sociedade de massas — Fromm, Hoffer, Kornhauser

Eric Fromm (1941), Hoffer (1951) e Kornhauser (1959) foram os principais representantes dessa teoria, que via os comportamentos coletivos como resultado de ações advindas de participantes desconectados das relações em ações normais e tradicionais. Trabalhava-se de uma corrente mais preocupada com o comportamento coletivo das massas, vendo-o também como fruto da anomia e das condições estruturais de carências e privações. Kornhauser (1959) estudou o comportamento das pessoas em termos de anomia e alienação. Os autores desta corrente combinaram algumas formulações feitas no final do século passado e início deste por Le Bon (1895), na França, a respeito do comportamento cego e irracional das massas, com imagens da massificação e dos horrores do fascismo. Le Bon estudara os motins durante a Revolução Francesa, concluindo que os indivíduos são capazes tanto de atos de heroísmo como de barbárie, pois em episódios em que predomina a espontaneidade das massas há sempre violência, o que os leva a perder o uso da razão crítica. (Le Bon será retomado nas teorias contemporâneas, na obra de Oerschall.) A partir da fusão das duas influências assinaladas — Le Bon e o cenário do fascismo —,

os autores desta corrente elaboraram um diagnóstico da natureza dos movimentos sociais nos tempos modernos. Os movimentos eram desenhados pelo desejo de pessoas marginalizadas de escapar para a liberdade, dentro de novas identidades e utopias conforme assinalou Tarrow (1994: 82).

A nova corrente estava mais preocupada com o totalitarismo, com os movimentos não-democráticos, com a alienação das massas, a perda de controle e de influência das elites culturais, e com o desamparo das massas para encontrar tipos substanciais de racionalidade à elaboração política, numa sociedade dominada cada vez mais por tecnologias complexas. A corrente da sociedade de massas contribuiu para a elaboração da teoria de Smelser — a ser tratada logo a seguir — e para formulações de Reich (1970), quando este afirmou que as massas “tinham se tornado apáticas, incapazes de discriminação, biopáticas e escravas, como resultado da supressão de sua vitalidade” (Tarrow, 1994: 82). Nos anos 90, esta corrente tem sido retomada por antigos pesquisadores dos movimentos sociais, como Gusfield (1996).

Offe (1988) destacou que esta corrente, assim como a de que trataremos a seguir, formulou teorias sobre os comportamentos políticos “não-convencionais”, denominando-os de massas ou desviantes. Argumentava-se que “as mobilizações políticas não-institucionais eram consequência das perdas infligidas pela modernização econômica, política e cultural a certas parcelas da população, que reagiam ante este impacto recorrendo a modos de atuação política desviantes. As perdas se referiam ao *status* econômico, acesso ao poder político, integração em formas intermediárias da organização social e reconhecimento de valores culturais tradicionais” (Offe, 1988: 200).

3 - Terceira teoria sobre os movimentos sociais no paradigma clássico: abordagem sociopolítica — Lipset e Rudolf Heberle

Nos anos 50, a conjuntura política internacional da Guerra Fria e o surgimento de movimentos com fortes conotações ideológicas estruturou um cenário em que, nos países do Primeiro

Mundo, a discussão básica se resumia à desarticulação da sociedade, desorientada pelas inovações da indústria ou pelo comportamento coletivo das massas. Para alguns autores o tema Reforma ou Revolução era a agenda do momento, e a compreensão dos movimentos sociais deveria passar pela discussão política da questão.

S. Lipset e R. Heberle articularam a problemática das classes sociais e das relações sociais de produção — dois marcos fundamentais do paradigma das lutas sociais em sua versão marxista — para a compreensão de comportamentos coletivos do tipo político-partidário. O comportamento dos eleitores, a mobilização partidária e o poder político dos diferentes grupos e facções foram estudados para entender processos de mudança social na América Latina, no caso de Lipset, e para entender revoluções e conflitos entre as nações, como o nazi-fascismo etc., no caso de Heberle. As orientações desta corrente serão retomadas nos anos 80 por Fantasia (1988) e MacNall (1988) em sua ligação da análise de classes à teoria dos movimentos sociais, e por Tarrow (1994), no que concerne à preocupação em compreender o comportamento político das redes dos movimentos sociais.

Rudolf Heberle elaborou em 1951 um dos primeiros livros com título específico sobre os movimentos: *Movimentos sociais: uma introdução à sociologia política*. Sua meta era ambiciosa: desenvolver uma teoria comparativa e sistemática dos movimentos sociais dentro do sistema da sociologia compreensiva. Sua filiação às teorias alemãs levou-o a busca de fundamentos em Tönnies (1955), Stein (1964) e Sombart (1909). Segundo Wilkinson (1971), Heberle rejeita a identificação exclusiva que Stein faz do conceito de movimento social, restringindo-o ao universo da classe operária, aos movimentos proletários da sociedade industrial. Para ele o conceito tem aplicabilidade mais ampla. De Tönnies, Heberle assimila os conceitos de coletivo social e da bipolaridade comunidade-sociedade.

Para Heberle os movimentos sociais são um tipo especial de grupo social com uma estrutura particular. Eles conteriam grupos organizados e não-organizados. O autor se preocupa em distinguir

os movimentos dos grupos corporativos de interesses, assim como procura distinguir também movimentos genuínos, com caráter de profundo significado histórico, de movimentos menores, efêmeros, e simples protestos. Haveria alguns critérios para a ação de um grupo ser um movimento social: consciência grupal, sentimento de pertença ao grupo, solidariedade e identidade. Além disso, os movimentos estariam sempre integrados por modelos específicos de compromissos coletivos, idéias constitutivas ou ideologias. Já nos anos 50 ele apontava para uma tendência dominante dos movimentos sociais que diz respeito a sua internacionalização. Ele afirmava que um movimento não necessariamente confina-se num território nacional, podendo ter dimensões multinacionais, internacionais e supranacionais.

Heberle afirmava que os movimentos teriam duas funções-chave na sociedade: formação da vontade comum ou da vontade política de um grupo, auxílio no processo de socialização, treinamento e recrutamento das elites políticas.

Os movimentos seriam sintomas de descontentamento dos indivíduos com a ordem social vigente e seus objetivos principais seriam a mudança dessa ordem. Em determinadas condições, eles poderiam se tornar um perigo para a própria existência dessa ordem social. O autor não inova portanto ao tratar das causas que dão origem aos movimentos sociais, porque elas também situam-se na capacidade de satisfação/insatisfação dos indivíduos diante das normas e valores vigentes. Assim, "o acordo sobre valores e normas é a essência da solidariedade social ou do senso de comunidade. O senso de comunidade é o fundamento de uma ordem social. Mesmo certas entidades sociais que existem por mero utilitarismo — como a maioria das relações contratuais e associações — não podem ser mantidas a menos que haja um mínimo de senso do comunitário entre seus membros" (Heberle, 1951, e Lyman, 1995: 57).

A questão do senso de comunidade é aplicada por Heberle para analisar o comportamento de líderes e lideranças nacionais, assim como movimentos de natureza sociopolítica. É aqui que Heberle tem certa originalidade, ao tratar da dimensão política dos movimentos. Ele amplia o leque das ações coletivas a serem

consideradas movimentos sociais, incluindo as lutas dos campos dos negros, dos socialistas e dos nazi-fascistas. Além disso, distingue movimentos sociais e políticos, segundo seus objetivos.

Ao assinalar os perigos para a sociedade, Heberle relaciona o movimento social a regimes políticos autoritários e totalitários, que destruiriam o senso comunitário existente por meio de exigências baseadas no fanatismo de grupos entusiastas, gerando desintegração social. Observamos portanto o eixo funcional-sistêmico que norteia a análise do autor, baseado no binômio integração/desintegração social.

Heberle continuou produzindo estudos sobre os movimentos sociais até os anos 70. Com J. Gusfield, escreve para a Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais, publicada em Londres em 1972, o verbete "Movimento social".

4 - Quarta teoria sobre os movimentos sociais no paradigma clássico: o comportamento coletivo sob a ótica do funcionalismo — Parsons, Turner, Killian e Smelser

4.1 - Pressupostos teóricos básicos: a influência de Parsons

Como sabemos, em 1951 Parsons conclui sua teoria do sistema social, combinando conceitos como valores centrais, normas, papéis, estrutura, função-equilíbrio e diferenciação estrutural. Para Parsons existem quatro dimensões básicas dos sistemas de ação: adaptação, consecução de metas, latência ou manutenção de padrão e integração, cada uma desempenhando uma função estrutural na sociedade. Curiosamente, o desenvolvimento do sistema de ação social parsoniano não leva ao desenvolvimento do ator ou agente de ação, mas ao do sistema social, por meio do desenvolvimento das ações individuais, ou seja, pelos papéis de *status* que aqueles indivíduos passam a desempenhar. Talvez tenha sido este o principal fator que levou Smelser a buscar em Parsons respaldo teórico para entender o comportamento coletivo dos grupos sociais expresso em movimentos.

A teoria da ação social de Parsons desemboca, segundo I. Bottomore e Nisbet (1980), na concepção do homem utilitarista de Hobbes, com uma orientação normativa instrumental, visando racionalmente metas, usando meios econômicos e culturais eficientes para atender a suas necessidades, assegurar sua sobrevivência e maximizar seu equilíbrio. Em suma, o homem utilitarista disfarçado de social.

A aplicação da teoria parsoniana aos movimentos sociais deu origem à abordagem funcionalista, em que são vistos como comportamentos coletivos originados em períodos de inquietação social, de incerteza, de impulsos reprimidos, de ações frustradas, de mal-estar, de desconforto. Os hábitos e costumes que durante longo tempo serviram para resolver os problemas da vida do povo estavam se afrouxando. Isso significaria que as formas anteriores de controle social estariam se desintegrando (Pierson, 1965: 223). As categorias básicas utilizadas são de origem durkheimiana (anomia/disnomia) e baseadas na teoria funcionalista de Merton (organização/desorganização). Uma crise social é vista em termos de inquietação social, e como indicadora de mudança social. O ponto referencial básico são os comportamentos e condutas dos indivíduos, portadores de tensões que, quando comunicadas a outras pessoas, podem formar "reações circulares". Acredita-se na existência de uma ordem social estática, que necessita ser controlada. O não-controle ou sua desintegração é que possibilita a emergência dos movimentos sociais. Portanto, a existência de um movimento social é um objeto estranho, exterior, aos sujeitos históricos. O próprio termo movimento social era utilizado entre aspás, e isto atesta a resistência de se conceder algum tipo de dinâmica aos comportamentos, tidos como fixos e estáticos.

Por outro lado esses movimentos sociais teriam uma história natural, já que estariam respondendo a impulsos e manifestações interiores, inerentes à natureza humana. O indivíduo (que era visto isolado) contrapunha-se à sociedade à medida que esta o oprimia, o bloqueava e o frustrava. Assim que as tensões adquiriam um caráter de insuportabilidade, os indivíduos se aglutinavam em torno de um objetivo comum e criavam novas instituições. A isto davam o nome de mudança social.

Os primeiros cientistas sociais, sob a ótica positivista, via os movimentos sociais como esforços para promover mudanças. Os cientistas sociais neopositivistas viram os movimentos sociais como "esforços da coletividade para promover ou resistir às mudanças" (Lee, 1969; Wilson, 1974). Para estes últimos, os movimentos sociais se diferenciam das instituições, das associações, dos grupos de pressão, por se aterem à "promoção ou resistência à mudança de valores e normas sociais" (Horton e Hunt, 1980). As condições que propiciariam a emergência dos movimentos sociais seriam de três ordens: cultural (mudança de valores), social (desorganização e descontentamento) e política (injustiça social).

A categoria básica de análise continua sendo o comportamento e a ação dos indivíduos; a mudança social dá-se por meio da mudança do comportamento dos indivíduos em instituições. Os movimentos operariam num cenário de irracionalidade, ou não-racionalidade, em oposição à ordem racional vigente.

Este elemento leva-os a situar os movimentos sociais nos indivíduos, e a retomada da explicação em termos de questões antigas como as do "isolamento social", falta de laços de família, "descontentamento", "desajustamento" etc., ou seja, aquelas da dicotomia comunidade *versus* sociedade, de Tönnies, vêm à tona, acrescidas das análises de cunho antropológico sobre os usos e costumes dos povos. Sem nos estender sobre as premissas básicas da "nova" abordagem dos movimentos sociais, podemos sintetizá-la nos seguintes pontos, a partir do próprio discurso elaborado por ela:

- 1 - Os movimentos sociais ocorrem porque há pessoas desajustadas na ordem vigente.
- 2 - Esta ordem está submetida a um processo de mudança muito lento, ao longo do qual algumas pessoas ficam insatisfeitas.
- 3 - Em sociedades estáveis, bem integradas, com muito poucas tensões sociais ou grupos alienados, há poucos movimentos sociais.
- 4 - Os movimentos sociais são, portanto, característicos de sociedades em processo de mudança, portanto desorganizadas.

- 5 - As precondições estruturais para o aparecimento de uma ação coletiva que geraria um movimento social são: a) bloqueio estrutural (barreiras na estrutura social que impedem as pessoas de eliminar suas fontes de descontentamento); contato (interação com os descontentes); eficácia (expectativa de que a ação proposta aliviaria o descontentamento); e ideologia (massa de crenças que justificam e apóiam a ação proposta).
- 6 - Há uma estreita relação entre movimento social e marginalidade. "A maioria dos movimentos extrai muitos de seus primeiros membros e líderes dentre as pessoas ou grupos marginais da sociedade" (Stockdale, 1970).

Observamos nas colocações anteriores que:

- 1 - a "matriz" teórica da análise é a teoria da estratificação social da corrente funcionalista parsoniana, cujos elementos básicos são: indivíduo-sociedade opondo-se à comunidade, e indivíduo feliz, integrado *versus* indivíduo desajustado, marginal. Os fatores constitutivos, geradores de "ações coletivas", são: isolamento, percepção de injustiça, mudança de *status* social, falta de laços primários.
- 2 - os movimentos sociais são vistos como mecanismos de integradores da sociedade, ações externas à sua dinâmica, controláveis desde que enfrentem suas causas. A lógica que permeia a abordagem é de causa-efeito, feita de forma linear.

- 3 - para que os movimentos sociais pudessem ser controlados (é esta uma grande preocupação dos analistas) seria preciso esperar seu ciclo de evolução (inquietação, excitação, formalização e institucionalização).

Observamos que estas análises homogeneizam diferentes movimentos sociais em decorrência do ponto de partida adotado, ações coletivas. Mas, ao mesmo tempo, são vistos como uma força social de mudança e como auxiliares da sociedade democrática: "Conquanto nem sempre racionais e algumas vezes aborrecidos, os movimentos sociais ajudam a sociedade democrática a fazer frente às defasagens culturais e a permanecer razoavelmente integrada" (Horton e Hunt, 1980: 420).

4.2 - O retorno da psicologia social para analisar os comportamentos coletivos: Turner e Killian

Turner e Killian (1957), e logo a seguir Smelser (1962), consideravam que o approach sociopolítico ignorava as formas elementares de comportamento político. Por isso colocaram abaixo os vínculos entre política e estrutura. Baseados na teoria de Parsons, resgataram vários componentes de natureza psicológica da Escola de Chicago ou da psicologia social de alguns interacionistas simbólicos, principalmente Blumer. Buscando formular uma teoria geral sobre os comportamentos coletivos, alegaram que os movimentos sociais seriam uma das formas de expressão das ações coletivas.

Em 1957, Turner e Killian publicaram *Collective Behavior*, uma coletânea com quase 600 páginas, sendo 208 dedicadas ao estudo dos movimentos sociais, que contou com a colaboração de expressivos estudiosos do assunto dos anos 40 e 50 e o reaproveitamento de vários textos da Escola de Chicago. O livro tornou-se um clássico da sociologia, ganhando várias edições e sendo citado pela maioria dos pesquisadores da área. Ele aborda as características e os processos de um movimento social, os valores que o orientam, a emergência e a construção de novas normas de relações sociais e de novos significados da vida social. Estes novos significados emergem do processo de interação entre as pessoas, deles resultando novas concepções de justiça/injustiça, moralidade, realidade etc.

Outras questões tratadas por essa corrente são: o controle e o poder nas orientações dos movimentos; os movimentos separatistas e a participação orientada; os líderes e seguidores; e os produtos dos movimentos.

Turner e Killian definem um movimento como a ação de uma coletividade com alguma continuidade para promover a mudança ou resistir a ela na sociedade ou no grupo do qual faz parte (Turner e Killian, 1957: 308). A questão da continuidade é um elemento-chave para distingui-lo de outros tipos de ação coletiva. É ela que garante a formulação de objetivos, as estratégias, a divisão de funções — inclusive o papel dos líderes e a formação de um sentido de identidade grupal. Tudo isso se confi-

(Smelser, 1963: 2). Rejeitando os conceitos de "comportamento de massas", de Ortega y Gasset (1987) e Brow (1954), de "dinâmica coletiva", de Lang e Lang (1961), e o critério físico/temporal e as características particulares da comunicação ou interação de Blumer — de quem extrai muitos elementos para sua análise —, Smelser elige o termo "comportamento coletivo" e as categorias "explosões coletivas" e "movimentos coletivos" para expressar o tipo de fenômeno social analisado como comportamento coletivo. As explosões coletivas referem-se a pânico, loucuras, hostilidades e outras situações abruptas. Os movimentos coletivos referem-se aos esforços coletivos para modificar normas e valores, os quais frequentemente (mas não sempre) se desenvolvem por longos períodos. Podemos observar que, para Smelser, o universo dos comportamentos coletivos se refere a comportamentos não-institucionalizados.

Smelser também tentou formular uma explicação global para os movimentos sociais, buscando nos comportamentos coletivos os parâmetros para detectar processos de mudança social mais geral. As tensões sociais seriam um dos indicadores básicos. Durante episódios de comportamento coletivo, tem-se a oportunidade de observar certos elementos sociais como os mitos, as ideologias e o potencial de violência da sociedade, pois todos eles vêm à tona. Tais episódios seriam uma espécie de laboratório de estudo de comportamentos usualmente dormentes (ou que, ao se manifestar, revelam processos latentes na sociedade, para usar a terminologia de Merton, também pertencente à escola funcional-sistêmica norte-americana). Entretanto, a preocupação fundamental de Smelser foi diagnosticar como se institucionalizam as ações sociais não-estruturadas que se encontram sob tensões. Ou seja, a busca da integração social, do controle social, é uma meta desta corrente.

Seriam quatro os componentes básicos das ações sociais na teoria de Smelser: 1. as metas gerais e os valores — que fornecem o mais amplo guia ao comportamento social orientado; 2. as regras — que regem a consecução dos propósitos e estão baseadas em normas; 3. a mobilização da energia individual — para atingir os fins estabelecidos dentro da estrutura normativa; 4. as facilidades de que dispõem os agentes para o conhecimento do ambiente. A dinâmica do social se dá pelo encontro desses

quatro componentes. Os comportamentos coletivos podem se expressar com valores previamente orientados ou não. Os movimentos com valores orientados são ações coletivas mobilizadas em nome de crenças geralmente imaginadas para a reconstrução de valores perdidos; os movimentos não-orientados mobilizam-se em nome da reconstrução de normas (Smelser, 1963: 9).

Segundo uma abordagem eminentemente funcionalista, Smelser vê no funcionamento do sistema social a resposta para o surgimento de novas crenças e indaga como elas interferem nos comportamentos coletivos.

Para concluir este tópico, registre-se apenas que os estudos de Smelser não têm sido citados no resgate de teorias do passado que iremos encontrar nos anos 90. Embora o campo da psicologia social ganhe centralidade neste último período, serão Blumer e Turner/Killian os autores mais citados. A rejeição ao conservadorismo da abordagem funcionalista parece explicar o "esquecimento contemporâneo de Smelser", embora se trabalhe com algumas de suas categorias, como a de estrutura de oportunidades políticas, que já estava presente em Merton, um clássico da análise sistêmica-funcional. Retomaremos esta questão no próximo capítulo.

5 - Quinta teoria sobre os movimentos sociais no paradigma clássico: as teorias organizacionais-comportamentalistas

— Selznick, Gusfield, Messinger

Selznick (1952), Gusfield (1955) e Messinger (1955) foram os principais pesquisadores desta corrente teórica que buscou na produção de Weber sobre a burocracia e na de Michels (1959) sobre a lei de ferro das oligarquias os fundamentos para entender os comportamentos coletivos agrupados em organizações com objetivos específicos. Gusfield (1966), ao analisar o movimento American Temperance, dividiu os movimentos em três categorias: de classe, de status e expressivos. Movimentos de classe organizam-se instrumentalmente, ao redor de alguns interesses de seu público-alvo, de sua clientela. Movimentos de

status são aqueles voltados para si próprios, para alcançar ou manter o prestígio do grupo. Movimentos expressivos são marcados por comportamentos menos objetivos ou pela procura de metas relacionadas com descontentamentos (Gusfield, 1946: 23). No início dos anos 70, Gusfield chamou a atenção para a importância dos recursos comunitários, a despeito da modernização, do desenvolvimento econômico, da racionalidade etc. Tilly (1978) também caminhará nesta direção.

Assim como a corrente da sociedade de massas, este *approach* não criou nenhuma teoria específica sobre os movimentos sociais, mas abriu caminho para a geração da teoria que viria a ser um novo marco no paradigma norte-americano, a da Mobilização de Recursos. Zald, uma das pioneiras da nova corrente, publicou em 1966, em co-autoria com Roberta Ash, um estudo em que procuraram ampliar a abordagem dos institucionalistas, examinando os movimentos sociais em termos de resultados e processos.

Segundo Zald (1992), o *approach* organizacional-institucional permanece viável na agenda do futuro, e podemos observar sua retomada nos trabalhos de Zald e McCarthy (1987) e de Lofland (1985).

CAPÍTULO III

TEORIAS CONTEMPORÂNEAS NORTE-AMERICANAS DA AÇÃO COLETIVA E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

1 - Teoria da Mobilização de Recursos: Olson, Zald e McCarthy

As transformações políticas ocorridas na sociedade norte-americana nos anos 60 levaram ao surgimento de uma nova corrente interpretativa sobre os movimentos sociais, a chamada teoria da Mobilização de Recursos (MR). Ela começou por rejeitar a ênfase que o paradigma tradicional dava aos sentimentos e ressentimentos dos grupos coletivos, assim como o ~~approach~~ eminentemente psicossocial dos clássicos, centrado nas condições de privação material e cultural dos indivíduos. A psicologia foi rejeitada como foco explicativo básico das ações coletivas, assim como todas as análises centradas no comportamento coletivo dos grupos sociais e a visão dos movimentos sociais como momentos de quebra das normas daqueles grupos. O papel das crenças compartilhadas e o da identidade pessoal, tratados pelo paradigma clássico, foram rejeitados por que eram analisados sob o prisma do comportamento irracional das massas (visto como sinônimo de alta dose de patologia social).